

Ata da trigésima terceira reunião ordinária, do segundo período legislativo, da segunda sessão legislativa anual, da nona legislatura da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará; às dez horas do dia oito do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, os senhores Vereadores se reuniram no salão da Câmara Municipal para realizarem a presente sessão; sob a presidência do Vereador José Guedes da Silva Vieira a sessão foi declarada aberta e o segundo secretário da mesa Vereador Ronys Cley Dias Borges executou a leitura bíblica; prosseguindo, o primeiro secretário da mesa Vereador Fábio Dias de Almeida, foi convidado para fazer a chamada de Vereadores, verificando a presença dos Vereadores, Rômulo Assunção Pereira, Fábio Dias de Almeida, Denilson da Silva Gois, Ronys Cley Dias Borges, Nilva de Sousa Brandão, José Guedes da Silva Vieira, José Ricardo Sousa Rios, José Brito da Silva e Antônio Francisco Lima Fernandes; estavam ausentes Sebastião Arrais dos Santos e Valdemilson Ribeiro Almeida, que tiveram as faltas justificadas pelo plenário; o presidente solicitou ao Secretário Auxiliar para fazer a leitura da ata da sessão anterior, que sendo colocada em votação, foi aprovada por unanimidade; após isto, o presidente determinou ao secretário auxiliar para executar a leitura da matéria constante da pauta, que constou de Projeto de Lei Nº 11/2022, de 24 de outubro de 2022 oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação e denominação do “Centro de Saúde da Mulher – Ester Barros” e dá outras providências e Requerimento Nº 049/2022, do Vereador Rômulo Assunção Pereira, requerendo ao Chefe do Poder Executivo para realizar o encasalhamento da rua em que reside o Senhor Izidorio, vulgarmente conhecida como Rua do Aeroporto, localizada na Vila Santa Cruz, neste município e ainda a implantação de manilhas sob aquela artéria, para a necessária drenagem de águas pluviais do campo de futebol, que é localizado paralelo aquela rua; em seguida o presidente encerrou o pequeno expediente e declarou aberto o grande expediente; logo observando a lista de inscrição para uso da tribuna, a palavra foi facultada a Nedyrna Costa Lima – Professora da Rede Municipal de Ensino, conforme requerimento aprovado na sessão anterior, a mesma cumprimentou e agradeceu mais uma oportunidade de usar a tribuna da Casa, está falou sobre a importância da criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres no município, que era uma das metas do governo do estado para todos os municípios; que o Conselho tinha o objetivo de inibir a violência contra as mulheres e garantir seus direitos; que no nosso município existiam muitas mulheres em situação de vulnerabilidade, que muitas vezes deixavam de agir contra as violências sofridas por não receber apoio, e a criação do Conselho vinha suprir essa e outras necessidades das mulheres junto a sociedade; Citou que foi criada uma comissão provisória para organização da criação do conselho, pois objetiva agilizar para que o município receba os benefícios que o projeto do governo estadual destinou para este fim; Logo respaldando o seu pronunciamento executou leitura de parte de minuta sobre o tema do conselho; citou que esperava, que tão logo o projeto de lei sobre a criação do conselho chegasse à Câmara, este fosse aprovado de imediato; salientou que ficava feliz com o projeto de criação do Centro de Saúde das Mulheres, pois era uma forma de valorizar as causas das mulheres em relação à saúde e acreditava que novas políticas públicas voltadas para as mulheres seriam criadas; em seguida usou a palavra o vereador Ronys Cley, cumprimentou a todos e agradeceu a participação da companheira Nédyma na sessão; disse que torcia pelo governo municipal, para que trouxesse coisas boas para o município, mas que nada acontecia, e mesmo em época de eleições o prefeito não conseguiu trazer para o município sequer um km de asfalto; comentou que o município vinha se tornando cada vez mais dependente do município de Piçarra, que era vergonhoso que a cidade tivesse aderido à licitação do transporte escolar do município vizinho, mesmo com uma extensa lista de colaboradores advogados contratados; que a gestão atacou tanto os gestores anteriores e atualmente não caminhava com as próprias pernas; comentou que não fizeram o devido repasse dos recursos do FUNDEB aos professores, alegando que iria realizar as reformas das escolas e o que se via era escola como a Limírio Rodrigues, que se encontrava com onze meses parada e as reformas sequer havia começado, enquanto os alunos e professores estavam passando mal no calor do Salão Paroquial; ressaltou a má qualidade da merenda escolar, citando que nem mesmo a compra de carne pra merenda escolar era realizada



na cidade, mesmo que tivesse frigorífico e matadouro locais; comentou que existiam muitas coisas erradas e não dava para ficar calado, como no caso em que o governo do estado mandou dinheiro para recuperar as estradas e após cinco meses que o dinheiro estava na conta descobriu-se que a empresa contratada não prestava; que era um governo que não acertava nada, era uma vergonha total, pois o município era uma cidade polo e que as pessoas de outras localidades vinham para a cidade resolver suas coisas e atualmente estava acontecendo o contrário; que até a obra da construção do mercado público já estava sendo denunciada de estar invadindo terreno alheio, mesmo com tantos advogados na prefeitura; que o governo só agilizava as questões em que havia interesse pessoal, como no caso da doação do terreno para a OAB, mas quando era de interesse do povo tudo era devagar; após os pronunciamentos, o presidente colocou em **discussão e da matéria, principio foi discutido e votado a tramitação inicial do Projeto de Lei N°11/2022 que foi aprovado por unanimidade, logo em seguida foi discutido e votado o requerimento N°049/2022 que obteve aprovação unanime pelo plenário**; após a votação, o presidente facultou a palavra para as explicações pessoais, a vereadora Nilva Brandão cumprimento a todos comentou que iria reclamar pois não gostou que a assessoria jurídica do prefeito que estava acompanhando à deliberação do projeto de criação do centro de saúde das mulheres se ausentasse do plenário antes de encerrar a sessão; falou que as mulheres tinham muitas dificuldades e precisavam se unir mais, salientou que como mulher, se sentia honrada com a criação do conselho e que não participou da reunião por não estar na cidade e que na reunião da prefeitura, só foi convidada encima da hora, o que a impossibilitou de participar porque já tinha outro compromisso agendado; informou que o município estava contando com atendimentos regular de dois ginecologistas, o que vinha ajudando muitas mulheres; O vereador Rômulo Assunção manifestou nota de repúdio a administração da saúde no município, quanto as regras impostas aos motoristas das ambulâncias, que estavam sendo oprimidos e ameaçados e ter que arcar com eventuais multas de trânsito, caso excedessem o limite de velocidade de cem quilômetros por hora, o que era injusto, pois nesse serviço, o que as pessoas mais ansiavam era sempre que se chegasse ao destino o mais rápido possível e havia outras situações quando os servidores do quadro procuravam o apoio dos Vereadores para resolver; criticou a administração da saúde, que era uma ditadura e que contratava empresa para fazer protocolo de triagem enquanto faltava medicamentos no hospital e isso era inadmissível; Que a secretária de saúde era a mesma de quando, na gestão passada, aconteceu o fato de fazer lotação de ambulância, colocando até quatro mulheres grávidas dentro de uma ambulância, que em uma ocasião uma das mulheres era sua irmã, para enviar para fazer parto em outra cidade; que a crítica não era ao Prefeito e sim à secretária, que se perguntava quando iriam contratar um médico para fazer partos no município, pois o Doutor Edson vivia acarretado e tinha limitações de saúde; falou ainda que os exames de ultrassonografia disponibilizados mensalmente eram insuficientes para atender a demanda, além de ter valores supervalorizados; em seguida, solicitou o envio de ofício ao Conselho Municipal de Saúde, solicitando informações se o veículo daquela Secretaria estava disponível somente para o transporte da Secretária de Saúde ou realizava outras atividades; parabenizou ao prefeito pela elaboração de projeto de lei da criação do centro de saúde da mulher, e que este viesse realmente ajudar as mulheres; logo após o presidente **Vereador José Guedes** cumprimentou o público e ressaltou que a Câmara estava a disposição, para apoiar o Projeto de Lei, e agradeceu a senhora Nedyma pelos esclarecimentos acerca do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, comentando que a senhora Nedyma estava sempre empenhada em ajudar nas questões do município; que esperava que o Centro de Saúde da Mulher realmente funcionasse a contento, atendendo as necessidades das mulheres de todo o município; prosseguindo falou ainda sobre a forma pacifica como ocorreram as eleições no nosso município, enquanto que houve violência em diversas partes do País; em seguida não havendo mais nada a tratar, encerrou a sessão e determinou a lavratura desta ata, que será votada e assinada pela mesa diretora.

